



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 11/2019, em que são recorrentes **Sebastião Augusto Bernardes Ribeiro e Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira**, e recorrido o Tribunal Judicial da Comarca do Paul.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 51/2020

I - Relatório

1. **Sebastião Augusto Bernardes Ribeiro e Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira**, com os demais sinais identificação nos Autos, não se conformando “*com a omissão judicial que não repare a reclamação praticada dos direitos fundamentais de Acesso à Justiça e à Tutela Efetiva Jurisdicional*” imputada ao Despacho do Juiz Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Paul, vêm, ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b) da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), interpor o presente recurso de amparo, alegando o seguinte:

1.2. Por despacho de 09 de abril de 2018, o Mm.º Juiz do Tribunal Judicial da Comarca do Paul ordenara que fosse notificado o mandatário subscritor da petição inicial da Ação de Reivindicação da Propriedade n.º 10/17/18, para, no prazo de vinte dias, fazer prova de ter *ativado/regularizado* a sua inscrição como membro da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, sob pena de, expirado o prazo, proceder-se à notificação pessoal dos autores para que, no prazo de vinte dias, constituíssem outro mandatário que tivesse a inscrição ativada.

1.3. Inconformados com o Despacho a que se refere o parágrafo anterior, reclamaram para a Senhora Presidente do Tribunal da Relação de Barlavento.

1.4. O Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Paul indeferiu a Reclamação, porque entendeu que o Despacho através do qual tinha solicitado que se provasse que o mandatário subscritor da petição inicial da Ação de Reivindicação da Propriedade n.º 10/17/18 tinha ativado a sua inscrição como membro da Ordem dos Advogados de Cabo

Verde não era suscetível de reclamação para o Tribunal da Relação, atento o disposto no artigo 599.º do CPC.

1.5. Na sequência do despacho que não aceitou a Reclamação, interpuseram recurso de apelação dirigido ao Tribunal da Relação de Barlavento e recebido na Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Paul, em que pediram que o Tribunal *ad quem* revogasse o despacho que ordenara a substituição do advogado por outro mandatário que estivesse regularmente inscrito na Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

1.6. Em de 11 de março de 2019, O Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Paul absolveu o Réu da instância, por falta de constituição de advogado com a inscrição ativa na Ordem dos Advogados de Cabo Verde. (conforme consta de fls. 67 a 69 dos Autos da Ação de Reivindicação da Propriedade n.º 10/17/18.

1.7. Para os recorrentes, o Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca do Paul violou os seus direitos de acesso à justiça, à tutela jurisdicional efetiva e de escolha de profissão.

1.8. Terminam o seu arrazoado, formulando pedidos nos termos que aqui são reproduzidos *Ipsis Litteris*:

Solicitam à V. Excias que declarem, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea c) da Lei do Amparo:

“a) A ilegalidade por omissão de acto judicial s a ser proferido pelo Meritíssimo Juiz, a requerimento de recurso de amparo ordinário ou inominado para a Presidente do TRB subscrito pelo advogado constituído dos Autores; consequentemente, declarando ilegalidade do Despacho que julga, oficiosamente, a excepção supra, com efeitos de absolvição do réu da Instância , revogando-o, assim, por ter sido proferido, perante a suspensão da instância, por efeitos automáticos de interposição do recurso de amparo inominado ou ordinário para a Presidente do TRB (evitando-se, deste modo, o trânsito em julgado o despacho recorrido que a reclamação em causa não faz parte do catálogo dos despachos que a admite. 559.º, do Código de Processo Civil.

b) e que ordenem à entidade recorrida, dentro do prazo que lhe vier a ser fixado no acórdão, de medidas adequadas ao restabelecimento dos direitos de acesso à justiça e à

tutela jurisdicional efetiva e do direito à liberdade da profissão do advogado constituído, como por exemplo, a remessa da reclamação para a Presidente do TRB.”

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República Adjunto emitiu o douto Parecer constante de fls. 31 a 35 dos presentes autos, tendo formulado, em síntese, as seguintes conclusões:

“Parece-nos manifesto que os recorrentes podiam recorrer do despacho de absolvição da instância, sendo que essa era via de esgotar os mecanismos ordinários de recurso – art.º 3º, n.º 1, al. a) da Lei do Amparo – e não o fizeram!

Temos ainda para nós como evidente que, em nenhum momento processualmente oportuno, invocaram, formalmente, a violação do seu direito de “acesso à justiça e à tutela efetiva jurisdicional” e requereram a sua reparação, como a lei exige – al. c).

Para o caso de se entender que os recorrentes têm legitimidade para defender os direitos do seu mandatário “(...) de escolha de profissão com respetivo ao exercício livre da atividade advocatícia”, diremos simplesmente, que a suspensão do exercício dessa profissão não resultou “(...) direta, imediata e necessariamente do ato ou omissão imputável ao órgão judicial (...), como estabelece a al. b), mas sim da deliberação da Associação Pública Competente, in casu, a Ordem dos Advogados de Cabo Verde.

Por último diremos que é, quanto a nós é manifesto, que o direito dos recorrentes de acesso ao direito e à tutela jurisdicional efetiva não foi sequer beliscado.”

“Por todo o exposto somos de parecer que o presente recurso não deve ser admitido, nos termos das als. c), d) e e) do art.º 16º da Lei do Amparo.”

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II – Fundamentação

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O Recurso de amparo pode ser interposto contra atos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.

1. A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão de um Tribunal de Primeira Instância, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, tendo em conta as situações de inadmissibilidade do recurso de amparo previstas no artigo 16.º da Lei do Amparo:

O recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo: “O recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais, atento o disposto no artigo 5.º da Lei do Amparo.

Neste recurso, os recorrentes imputaram ao Meritíssimo Juiz da Comarca do Paul a violação de certos direitos, liberdades e garantias por via de duas condutas: uma omissiva e outra ativa.

A conduta omissiva traduziu-se, na perspetiva dos impugnantes, na recusa por parte do Juiz recorrido de admitir e mandar subir para o Tribunal da Relação de Barlavento o requerimento que ora apelidam de incidente especial de recurso de amparo ordinário, ora denominam recurso de apelação dirigido ao Tribunal da Relação de Barlavento.

Na verdade, compulsados os autos, e concretamente a fls. 13 dos presentes Autos, encontra-se entranhada uma cópia não certificada de uma peça processual na qual se fez referência à interposição do recurso de apelação para o Tribunal da Relação de Barlavento a quem se pediu que revogasse o despacho que tinha ordenado a substituição do advogado

por outro com a inscrição regular. Essa cópia terá sido recebida na Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Paul, em 08 de novembro de 2018, embora dos autos da Ação de Reivindicação da Propriedade n.º 10/17/18 nada conste nesse sentido. Por isso se pediu informação sobre o registo de algum processo em que figurassem como recorrentes o senhor Sebastião Augusto Bernardes Ribeiro e a senhora Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira, mas a Secretaria do Tribunal da Relação de Barlavento informou que naquela instância não deu entrada nenhuma reclamação ou qualquer outro recurso em que são partes Sebastião Augusto Bernardes Ribeiro e Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira.

Ainda que se provasse que os recorrentes entregaram o requerimento de interposição de recurso para o Tribunal da Relação de Barlavento e que por uma razão ou outra o requerimento não tenha sido apresentado ao Juiz, este não o tenha apreciado, ou tendo admitido o recurso, não o mandou subir, os recorrentes deveriam ter, primeiro, reclamado nos termos legais, antes de vir pedir amparo para uma conduta alegadamente omissiva, mas sem qualquer prova de terem alertado a entidade para a possibilidade de estar a violar os seus direitos com essa conduta omissiva.

A este respeito convém trazer à colação a orientação fixada pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 13/2017, de 20 de julho, sobre a tempestividade e o esgotamento das vias de recurso ordinário quando se impugna, através de recurso de amparo, uma conduta omissiva: “quando se trata de potencial violação de direitos fundamentais por via de omissão, o recurso deve ser instruído com documentos que se reputam pertinentes para provar que o interessado tenha arguido a violação do direito em termos perceptíveis, tenha requerido a sua reparação, mas o órgão judicial não se pronunciou sobre o pedido de reparação em tempo útil.” Esse aresto encontra-se publicado no site do Tribunal Constitucional e no Boletim Oficial, I Série, n.º 47, de 8 de agosto de 2017. Em situações como a dos autos, considera-se tempestivo o recurso, desde que se junte elementos que permitam concluir que o recorrente denunciou a demora perante quem tem o dever de decidir, mas, decorrido um tempo razoável, não obteve nenhuma resposta antes de acionar o mecanismo de amparo constitucional. É incontestável que dos presentes autos não se vislumbra nada que pudesse levar o Tribunal a dar por assente que, depois da apresentação do requerimento na secretaria do tribunal da Comarca do Paul, mas dirigido ao Tribunal da Relação de Barlavento, os recorrentes tenham tido o cuidado de ir informar-se se o recuso tinha sido admitido ou não.

Significa que os recorrentes tiveram a possibilidade de assinalar a dilação da decisão, de requerer a reparação de uma potencial violação do direito a obter uma decisão em tempo razoável para, depois, na eventualidade da recusa de reparação, por omissão ou por ação, lançar mão do recurso de amparo. A intempestividade do recurso e a inobservância do esgotamento das vias de recurso, atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º conjugado com o artigo 6.º da Lei do Amparo, designadamente por falta de elementos de prova de que a omissão tenha sido invocada e pedida a reparação, sem que se obtenha resposta em prazo razoável, constituem pressupostos insupríveis.

Portanto, não se pode admitir o presente recurso na parte que diz respeito à conduta omissiva.

Que dizer sobre a tempestividade da conduta ativa que se traduziu na declaração da absolvição do réu da instância e que terá violado, segundo os recorrentes, os seus direitos de acesso à justiça, à tutela jurisdicional efetiva e liberdade de escolha de advogado?

Tendo o Despacho sido proferido em 11 de março de 2019 e a petição de recurso sido registada na Secretaria do Tribunal Constitucional, a 27 de março de 2019, considera-se que o recurso foi tempestivamente apresentado, atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, e no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Resulta da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de *“Recurso de Amparo Constitucional”*.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do amparo, o recorrente deverá, na sua petição de recurso,

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Os impetrantes, além de ter indicado com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que, na sua opinião, foram violados, mencionaram expressamente as disposições constitucionais onde consideram que se encontram previstos esses direitos fundamentais: os artigos 22.º, n.º 1 e 42, n.º 1 da Constituição.

Os recorrentes pedem que lhes seja concedido amparo para a alegada violação da liberdade de profissão do seu mandatário.

Admite-se que se tenham equivocado ao tentar indicar o parâmetro de escrutínio.

Parece que, em vez da alegada violação do direito à liberdade de profissão de advogado, que só ao seu mandatário assiste legitimidade para invocar, o que pretendem é imputar ao Despacho recorrido a violação do direito à livre escolha do mandatário, que decorre do direito a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade, o que pressupõe

a liberdade de escolha do advogado que o represente, conforme se extrai do n.º 3 do artigo 22.º da Constituição da República de Cabo Verde.

No entanto, o Tribunal pode, oficiosamente, adequar os parâmetros de escrutínios das condutas, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Amparo, segundo o qual *“O Tribunal pode decidir com fundamento diverso do invocado pelo recorrente e outorgar amparo distinto daquele que foi requerido.”*

Nestes termos, os parâmetros de escrutínio serão o direito de acesso à justiça, o direito de defesa e a liberdade de escolha do mandatário.

Apesar da extensa fundamentação e confusão na exposição dos factos, na formulação de conclusões e dos pedidos, o que torna muito penosa a leitura e compreensão das peças subscritas pelos recorrentes, não se pode dizer que a peça seja absolutamente ininteligível.

Conforme a jurisprudência firme desta Corte, os requisitos de fundamentação previstos no artigo 8º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo, pelo que só em circunstâncias excepcionais se não admite um recurso com fundamento na inobservância desses requisitos. Aliás, em sucessivos arestos deste Tribunal, tem sido afirmado que o mais importante não é o rigor formal, mas, sim, a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Nestes termos, entende o Tribunal que essa deficiente fundamentação não compromete irremediavelmente a sua inteligibilidade nem constitui impedimento para que se prossiga com o escrutínio sobre os pressupostos que se seguem.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar aos recorrentes a legitimidade para interpor o recurso de amparo contra uma decisão judicial que alegadamente viola os direitos de acesso à justiça e de obter a tutela jurisdicional efetiva e a liberdade de escolha do mandatário.

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

É chegado o momento de verificar se os recorrentes requereram a reparação da alegada violação do seu direito fundamental de acesso à justiça, de obter a tutela jurisdicional, liberdade de escolha do mandatário em termos que possam ser considerados adequados.

Através do presente recurso de amparo pede-se a reparação da alegada violação dos mencionados direitos, liberdades e garantias pelo facto de o Meritíssimo Juiz ter absolvido o Réu da instância no Processo de Reivindicação da Propriedade n.º 10/17/18 cujo valor da ação foi fixado em 550.000\$00 (quinhentos e cinquenta mil escudos).

De acordo com a Lei sobre a organização, a Competência e o Funcionamento dos Tribunais Judiciais, a alçada dos tribunais de comarca é fixada em 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), nos termos das disposições conjugadas dos artigos 18.º e 19.º, n.º 1, da Lei n.º 88/VII/2011, de 14 de fevereiro.

Por outro lado, e nos termos do n.º 1 do artigo 587.º do CPC: *“Só é admissível recurso ordinário nas causas de valor superior à alçada do tribunal de que se recorre desde que a decisão impugnada seja desfavorável para o recorrente em valor superior a metade da alçada desse tribunal. Em caso, porém, de fundada dúvida acerca do valor da sucumbência, atende-se unicamente ao valor da causa.”*

Considerando que o valor da ação foi fixado em 550.000\$00 (quinhentos e cinquenta mil) e tendo em conta ainda que não se tratava de despacho de mero expediente nem no uso

legal de um poder discricionário, conforme o disposto artigo 588.º do CPC, daquele despacho podia-se recorrer para o Tribunal da Relação de Barlavento, o que não ocorreu.

Equivale dizer que não esgotaram *os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo*.

Quando a reparação da violação dos direitos, liberdades e garantias não é requerida em termos legais, designadamente perante o tribunal competente, por razões imputáveis ao interessado, não se dá por verificado o pressuposto- esgotamento das vias ordinárias de recurso-, a menos que o titular do direito tenha incorrido em erro processual induzido por uma decisão judicial firme, caso em que seria protegido pelo princípio da tutela da confiança.

Tendo optado por interpor este recurso de amparo perante o Tribunal Constitucional, quando podiam recorrer para o Tribunal da Relação e ver a alegada violação dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais possivelmente reparada, assumiram o risco de ver a sua opção considerada precipitada e, por conseguinte, legalmente inadequada para a tutela efetiva dos direitos e garantias alegadamente violados, principalmente porque a via legal que utilizaram não se afigurava, naquele momento, necessária nem tão-pouco oportuna para se dar como preenchido o pressuposto - esgotamento prévio das vias de recurso ordinário. O esgotamento das vias de recurso ordinário como condição *sine qua non* para admissibilidade do recurso de amparo não é uma fórmula vazia ou uma mera formalidade. Trata-se de uma exigência com efeito real sobre o sistema de proteção de direitos fundamentais. Portanto, antes de se recorrer para o Tribunal Constitucional, existem outros órgãos competentes para apreciar e eventualmente conceder a devida proteção aos titulares desses direitos, nomeadamente os tribunais comuns que também são concebidos como primeiros protetores de direitos, liberdades e garantias. A verificação do esgotamento prévio das vias de recurso ordinário previstas na lei do processo não se basta com a interposição de qualquer recurso. Pelo contrário, pressupõe que o interessado faça uso das vias de impugnação legais de forma que todos os órgãos competentes possam pronunciar-se sobre as condutas alegadamente lesivas de posições jurídicas subjetivas fundamentais antes que se franqueiem as portas do Tribunal Constitucional. Como é evidente, visa-se com esse procedimento evitar a subversão do sistema de proteção de direitos fundamentais desenhado pelo legislador constitucional.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua rejeição, a menos que seja aquele pressuposto suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A prática deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º da Lei do Amparo, bastando a ausência de um para se determinar a rejeição do recurso. Termos em que, sem que seja necessário escrutinar os demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque falta o esgotamento das vias ordinárias de recurso erigido como pressuposto insuprível, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º; do artigo 6.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo.

III – Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem não admitir o recurso e ordenar o arquivamento dos correspondentes autos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 06 de novembro de 2020.

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 21 de dezembro de 2020.

O Secretário,

João Borges